

# UNIDADE 2

## Populismo ou Trabalhismo?

Laurindo Mékie Pereira

### 2.1 Introdução

Nessa unidade estudamos o Brasil no período 1930-1964. Em consonância com o que combinamos na introdução geral, não vamos estudar detalhadamente cada governo. Vamos priorizar o grande debate historiográfico sobre as relações entre trabalhadores e Estado, objeto que recebe definições diversas como populismo, trabalhismo, nacional-estatismo, corporativismo, varguismo, getulismo...

Porém, antes do debate historiográfico, apresentamos uma visão geral da chamada Era Vargas. A intenção aqui é chamar sua atenção para a complexidade do tema, apontar os grandes debates e indicar a bibliografia concernente a eles. É precisamente nesse percurso que você poderá construir seu próprio conhecimento. Esse caderno serve como um roteiro: indica questões, propõe temas e apresenta sugestões de leituras e reflexões que respondem a estas mesmas questões.

### 2.2 Visão geral da Era Vargas

A literatura a respeito da Era Vargas é extensa. A crise de 1929 e seu enfrentamento pelo governo Vargas são abordados por Furtado (2000); a revolução de 1930, como vimos, é estudada por Fausto (1986), De Decca (1997), Viscardi (2001) e muitos outros; a política econômica é enfocada por Leopoldi (2003), Corsi (2002); a industrialização e as complexas relações entre as classes dirigentes e o Estado varguista são debatidas por Oliveira (1981, 1989), Diniz (1978), Draibe (1985) e Abreu (1990); a problemática da nação é discutida por Gomes (2005) e Lenharo (1986). Como se pode perceber, há uma variedade de temas e debates de que se ocuparam sociólogos, economistas e historiadores que decidiram se debruçar sobre os anos Vargas.

A razão desse grande número de trabalhos sobre Vargas é, em primeiro lugar, o longo tempo que ele permaneceu no poder: 1930-1945, 1951-1954. Além disso, significativas mudanças ocorreram ou pelo menos começaram nos tempos varguistas, entre as quais se pode destacar o projeto de nação que o presidente e seu grupo tentaram implementar no país e o novo formato das relações capital trabalho. Esse último assunto será objeto da próxima parte. Por enquanto, vamos estudar brevemente o projeto de nação do Estado Novo.

Por diversas vezes, na história do país emergiram iniciativas que visaram à construção de uma identidade nacional. O advento da República foi acompanhado por uma disputa entre diversos projetos de nação como o liberal, o positivista e o “socialista” (CARVALHO, 1987).

As identidades são, por definição, móveis e múltiplas, como ressalta Stuart Hall (2004). O mesmo ocorre quando se trata de identidades nacionais. Para se constituí-las (ou tentar isso), lança-se mão de elementos diversos, reescreve-se a história, como procurou fazer o Estado Novo, inventam-se tradições (HOBSBAWM, 1984).

As nações, ensina-nos Hobsbawm (1990), são construções recentes na história, datando dos tempos modernos, embora os diversos grupos nacionalistas se apresentem como portadores de raízes e tradições milenares. Para Gellner (1981), o nacionalismo seria mesmo um discurso/ferramenta própria do mundo capitalista, quando grupos sociais emergentes se mobilizam para corrigir, no plano político, desigualdades que a sociedade em geral não comporta. O nacionalismo é, assim, estreitamente vinculado ao desenvolvimento capitalista dos Estados europeus modernos (GELNNER, 1981, p. 73-87).

A visão um tanto pragmática de Gellner acerca das nações/nacionalismo é criticada por Reis (2006), para quem as nações devem ser estudadas também como algo que transcende o Es-

tado, atentando para as expressões culturais da sociedade, suas representações, seus sonhos, seu imaginário. A opção do autor fica mais clara nesta passagem:

Vejo a identidade nacional, aqui, não como uma essência atemporal, nem apenas como uma invenção estratégica do Estado, mas como uma comunidade imaginada, um “ambiente cultural”, um “espírito nacional”, que se narraria e se inventaria nas historiografias e literaturas, na mídia, na cultura popular, nas artes, na tradição, nas narrativas míticas da origem (REIS, 2006, p. 16).

A leitura de Reis é convergente com a proposta de Benedict Anderson. Este prioriza a leitura da nação/identidade nacional como um sentimento de pertencimento, o reconhecimento de que se integra uma unidade maior. A nação seria, então, uma comunidade imaginada; imaginada como *limitada* (fronteiras, número de pessoas), *soberana* (livres, não subordinadas a outra força) e como *comunidade* (mesmo com a desigualdade presente, a nação é pensada como um “companheirismo profundo e horizontal”) (ANDERSON, 1989, p. 15-16).

Como afirma Reis (2006), a narrativa da nação encontra-se em diversos lugares e circula por múltiplos veículos, entre eles, nas falas de um presidente da República que pretendia se colocar como o “pai dos pobres”. Os discursos mais famosos de Vargas são, possivelmente, aqueles proferidos nas comemorações dos 1º de maio. Em uma destas ocasiões o presidente afirmou:

Todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão é, a este respeito, um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em prol da independência econômica da nacionalidade. O nosso progresso não pode ser obra exclusiva do Governo, sim de toda a Nação, de todas as classes, de todos os homens e mulheres, que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram. [...] Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos patrões e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos, intelectuais – um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da pátria brasileira (VARGAS, 1940).

O trabalho/o trabalhador e a legislação social eram os assuntos preferidos de Vargas e seus auxiliares. Como se vê nesta passagem, esta temática é onipresente e é um fator apresentado como fundamental para a construção da nacionalidade.

Segundo a ideologia do Estado Novo, a nação brasileira corria sério risco em 1929-1930, refletindo o resultado de anos de adoção de uma política internacionalista liberal, não sintonizada com as especificidades brasileiras (GOMES, 2005).

Nesse raciocínio, a revolução de 1930 foi, simultaneamente, um movimento restaurador e revolucionário. A sua faceta restauradora significava que a ordem que vinha sendo construída pelo regime monárquico e que fora comprometida pela primeira república, foi restaurada pelo novo governo, tendo à frente o presidente Vargas. Além disso, o movimento teria promovido o reencontro do homem brasileiro com suas raízes, refutando os estrangeirismos, representado no pensamento liberal. Em 1930 teria ocorrido, também, uma grande revolução sintetizada na nova legislação social, na interposição do Estado na relação capital-trabalho, passando a ser o seu mediador (GOMES, 2005, p. 192-195).

O liberalismo político insistia na propaganda oficial varguista, omitia-se nas questões sociais e deixava crescer o conflito de classes, dividindo a família brasileira. Em nome da liberdade política, a primeira república, a quem o Estado Novo denominou “república velha”, promovia, por omissão, o caos social.

O discurso nacionalista é, por definição, negador das diferenças internas. No caso de Vargas, a ênfase em categorias generalizantes como família, pátria e nação visava, precisamente, a negar a existência das classes sociais no país ou, quando admitir sua insistência, estimulá-las à cooperação, sob a tutela do Estado.

Para ordenar todas as relações sociais sob a direção do Estado, o regime varguista se inspirou no corporativismo muito em voga na Europa no período do entre-guerras. A doutrina corporativista negava as classes, propugnando a cooperação entre os grupos sociais. A tradução concreta disso no Brasil foi a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a estrutura sindical.

Assim, primeiro o Estado Novo promoveu a chamada questão social ao lugar de maior problema do país e colocou-o como o elemento desagregador da unidade nacional. Estabelecido esse degrau, o discurso apresenta o enfrentamento da questão social como o caminho, a condição *sine qua nom* para a existência da nação.

Condenado o liberalismo político e elevada a questão social à importância máxima, o Estado Novo desqualifica outros fundamentos liberais como a liberdade e a representação. Em síntese, em Vargas a democracia social substitui a democracia política (GOMES, 2005; PARANHOS, 1999).

Efetivamente, os direitos sociais avançaram exatamente quando os direitos políticos recuaram. Uma tradição brasileira que desafia e inverte a lógica da cidadania na Inglaterra onde as gerações de direitos civis e políticos precederam e foram instrumento para a conquista dos direitos sociais (MARSHAL, 1988).

## 2.3 O debate historiográfico

Embora a figura de Getúlio Vargas permaneça como parte fundamental desse item, nesse momento, vamos para além dos anos desse presidente. Na realidade, nessa parte, tratamos do enfoque historiográfico sobre o conjunto de relações entre trabalhadores e Estado ao longo do período 1930-1964.

Os trabalhos que enfocam estas questões podem ser agrupados, um tanto genericamente, em dois grupos: um primeiro que tende a interpretar o período com a noção de “populismo”; e um segundo que, rejeitando as teses do primeiro, utiliza novas categorias para análise daquele tempo histórico, especialmente a categoria “trabalhismo”.

O primeiro grupo surgiu em um contexto de intensos debates nas ciências sociais no Brasil. Em síntese, passava-se, logo após o golpe civil-militar de 1964, do paradigma cepalino para o paradigma dos “estudos da dependência”, no interior dos quais se destacava o estudo de Cardoso e Falleto (1970). Simultâneos aos textos sobre a economia, desenvolveram-se as pesquisas sobre os aspectos políticos do período compreendido entre a ascensão de Vargas em 1930 e a deposição de João Goulart em 1964. Uma das mais conhecidas e influentes destas pesquisas é seguramente a de Weffort (1989).

A partir deste autor, o período ficou conhecido, de forma geral, com a etiqueta do populismo. Este seria um regime político próprio de um período de transição entre o Brasil arcaico-rural para o Brasil urbano-industrial. Nesta conjuntura, nenhuma das frações das elites reunia condições de exercer a hegemonia e os trabalhadores emergiam como personagens novos no cenário político (WEFFORT, 1989).

Conforme a síntese de Weffort (1989), nos anos que se seguiram à crise de 1929-1930, a fração agrária exportadora estava fragilizada política e economicamente, o setor industrial não tinha um projeto de classe definido, as classes médias dividiam-se em movimentos à

direita e à esquerda e os trabalhadores urbanos constituíam em uma massa sem consciência e ou organização de classe.

Na formulação de Weffort (1989) é exatamente essa conjuntura que faz emergir o Estado de Compromisso que discutimos anteriormente.

Mas o personagem novo no cenário político brasileiro eram os trabalhadores urbanos que Weffort define como as massas urbanas (WEFFORT, 1989). Recém-chegados do campo, sem experiência política e precocemente incorporados ao mercado de consumo, esses trabalhadores teriam se tornado *massa*, em vez de “classe”, ficando suscetíveis à interpelação do Estado, dos “pelegos” e dos líderes populistas em geral, figuras carismáticas oriundas de outras classes, sem compromissos “reais” com os trabalhadores (WEFFORT, 1989, p. 54-56).

O Estado Novo teria sido uma fase emblemática do populismo. Foi nessa fase que foi implantada a CLT, desenvolveu-se com vigor a propaganda manipuladora e a repressão, fatores fundamentais para a criação do mito Vargas. As leis trabalhistas, instituídas dentro de um modelo sindical corporativista, seriam uma resposta concreta às demandas dos trabalhadores; o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – era o responsável pelo discurso nacionalista que encobria as clivagens sociais sob o manto da nação; por fim, a repressão era o recurso utilizado contra o remanescente que se recusava a aderir ao projeto autoritário de Vargas.

A adesão dos trabalhadores aos discursos e projetos dos líderes populistas se justificariam por três grandes motivos: 1) havia uma poderosa máquina de propaganda política, 2) havia um aparelho repressor, especialmente utilizado contra o público que não se deixava persuadir pelo primeiro item e 3) efetivamente a política social implantada pelo Estado trouxe benefícios para os trabalhadores (WEFFORT, 1989).

### GLOSSÁRIO

**Classe:** o conceito de classe utilizado por Weffort integra certa tradição marxista que define a classe trabalhadora como um grupo social cuja constituição é dada pela condição de trabalhadores desprovidos dos meios de produção e que vendem sua força de trabalho ao capitalista. Além disso, a classe trabalhadora é pensada como o segmento social com a missão histórica de fazer a revolução que subverteria a ordem capitalista.

**Pelegos:** A expressão era utilizada para se referir aos líderes sindicais da Era Vargas que atuavam como agentes conciliadores entre os trabalhadores, Patrões e o Estado. Trata-se de uma noção depreciativa que visa destacar o caráter manipulador desses agentes sobre os trabalhadores, dificultando que estes se organizem de forma autônoma.



Figura 3: Manifestação dos Trabalhadores durante o Estado Novo (1930-1945)

Fonte: Disponível em:  
<http://www.google.com.br/search?q=foto+da+revolucao+de+1930>.  
Acesso: 26 jul. 2011

Embora a ideia da manipulação seja muito repetida por Weffort e pareça indissociável do próprio conceito de populismo, o autor relativiza essa noção em certas passagens. Nas palavras do autor:

A noção de manipulação, tanto quanto a de passividade popular, tem que ser relativizada, concretizada historicamente, para que possamos entender a significação real do populismo. A imagem, se não o conceito, mais adequado para entendermos as relações entre as massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a de uma *aliança* (tácita) *entre setores de diferentes classes sociais*. Aliança na qual evidentemente a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados às classes dominantes, mas impossível realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares [...] (WEFFORT, 1989, p. 76).

Trata-se de um raciocínio significativo, no qual o autor reconhece a complexidade do objeto que ele analisa. Estudando com profundidade a obra de Weffort (1989), percebe-se que existe certa ambivalência na sua tese. Ora ele destaca o caráter manipulador do populismo, ora ele destaca as conquistas efetivas dos trabalhadores no período.

No raciocínio de Weffort (1989), o populismo é uma experiência política datada, tendo se encerrado em 1964 com a crise político-institucional que desaguou no fim do próprio Estado de Compromisso e na deposição de João Goulart.

Assim como a crise de hegemonia propiciara o surgimento do Estado de Compromisso, a emergência de uma nova aliança de classe capaz de assumir hegemonicamente o Estado está presente no desaparecimento do compromisso populista.

A partir de meados da década de 1980 emergiu um novo paradigma explicativo para o período 1930-1964. Entre os pesquisadores deste grupo, pode-se citar Maria Helena Rolim Capelato (1998), Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), Maria Celina D'Araújo (2003), Ângela Maria de Castro Gomes (2005), Daniel Aarão Reis Filho (2001) e Jorge Ferreira (1997, 2001).

Esses autores foram influenciados por um conjunto de novas leituras teóricas e metodológicas, entre elas a história da cultura, e o marxismo inglês, especialmente os trabalhos de Thompson (1987).

Para a problemática específica dos trabalhadores, a categoria "experiência de classe" de E. P. Thompson (1987) foi largamente utilizada por autores como Ângela de Castro Gomes (2005) e Jorge Ferreira (1997, 2001). No lugar da massa, noção fundamental para o raciocínio de Weffort (1989), emergiam as classes, entendidas na nova leitura como resultado de um processo histórico real, complexo, em que um amplo feixe de fatores atuam. No lugar da "manipulação", emergem os estudos sobre a "apropriação"/re-significação do discurso dominante pelos receptores/trabalhadores.



Para Jorge Ferreira (2001), qualquer estudo acerca de Vargas tem que resolver uma pergunta básica: por que os trabalhadores gostavam efetivamente dele? Para a leitura clássica do populismo a resposta estaria na inexperiência política dos trabalhadores, na propaganda oficial e nos benefícios materiais que a CLT apresentou.

Para Ângela de Castro Gomes (2005), a adesão dos trabalhadores a Vargas se deveu à identificação entre o projeto varguista, ao trabalhismo e às demandas materiais e simbólicas dos trabalhadores. Segundo a autora, Vargas apropriou-se de antigas bandeiras/reivindicações da classe trabalhadora e apresentou-as como novas, como concessões do Estado Novo. Todavia, tratava-se de lutas que remontavam aos primórdios da República e que diziam respeito simultaneamente a questões materiais – a exemplo de salários, férias e aposentadoria – e simbólica – dignidade do trabalho/trabalhador, superação do estigma do regime escravista (GOMES, 2005).

No discurso estadonovista os trabalhadores eram colocados como prioridades do governo e artífices da nação. O apoio popular a Vargas foi inequívoco, observa Jorge Ferreira. Este fato é evidenciado, segundo o autor, no surgimento espontâneo do movimento queremista em 1945, ocasião em que a popularidade do presidente contrastou-se nitidamente com o desgaste do regime por ele comandado (FERREIRA, 2003).

Repensar as relações Vargas-trabalhadores não equivale, nestes novos enfoques, a negar o caráter autoritário do Estado Novo, o modelo corporativo das leis trabalhistas e o aprofundamento da ordem capitalista levados a efeito pelo regime getulista. Em verdade, o que se busca é compreender porque grande parte dos trabalhadores aderiu a este projeto. Para tanto, é preciso estudar as experiências sociais destes personagens e perceber como se moldaram suas opções e ações políticas na realidade histórica. O fato histórico, aponta Daniel Aarão Reis Filho (2001), é que entre um projeto liberal e o projeto nacional-estatista de Vargas os trabalhadores optaram pelo segundo.

## GLOSSÁRIO

**Trabalhismo:** Em termos conceituais, o trabalhismo é definido por Gomes (2005) e Ferreira (2001) como o projeto social apresentado pelo Estado Novo, com o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores e o ordenamento das relações capital-trabalho por parte do Estado. Conforme os mesmos autores, após 1945, o projeto torna-se cada vez mais avançado, incorporando a democracia como um valor fundamental. Com a morte de Getúlio Vargas em 1954, o trabalhismo se aprofunda com a ideologia dos trabalhadores urbanos, com forte teor nacionalista, reformista e distributivista.

Figura 4 : Movimento do Queremismo - 1945

Fonte: Disponível em: [jchistorybrasil.webnode.com.br](http://jchistorybrasil.webnode.com.br)  
Acesso: 8 ago. 2011



O debate acerca das relações Vargas-trabalhadores, porém, continua. Embora percucientes, as teses revisionistas também sofrem críticas. O abandono da categoria “populismo” em favor da categoria “trabalhismo”, como propõe Jorge Ferreira (2001), não necessariamente resolve os problemas. É possível que o um dos vícios do primeiro conceito esteja se reproduzindo no uso do segundo: seu uso generalizado para se referir ao período de 1930 a 1964, não se detendo em especificidades e em transformações ao longo daquele tempo histórico.

Além disso, para Alexandre Fortes (1997, p. 77-80), a leitura trabalhista, especialmente a de Ângela Castro Gomes, talvez a principal pesquisadora entre os revisionistas, parece fazer tábula

rasa dos conflitos de classe e resistências à iniciativa do Estado. A “ânsia revisionista”, palavras de Fortes, deve ser contida para evitar que se substitua as teses que falavam de “manipulação dos trabalhadores por Vargas”, “massa de manobra” e controle dos operários pelo Estado, por teses que, no afã de apontar para a agência dos trabalhadores na relação estabelecida com Vargas e as estruturas estatais, não deságuem em leituras idealizadas destas relações.

Para Fortes (1997), ao substituir o termo populismo por trabalhismo e empregar o último para cobrir um longo período e diversas situações em todo o país, os revisionistas promovem generalizações arriscadas, ignorando especificidades nas relações entre patrões-empregados-Estado nas diferentes regiões brasileiras. Isso significa que o enfoque trabalhista incorreria no mesmo vício da generalização criticado no enfoque populista.

O êxito do projeto trabalhista, fator decisivo nas teses revisionistas, também não é algo consensual. Adalberto Paranhos (1999) salienta as dificuldades encontradas por Vargas e seus ideólogos e ministros para ampliar a sindicalização no período 1942-1944 e contradições no interior do discurso trabalhista, bem como limites na sua difusão e assimilação. Nas suas palavras, “a análise das relações entre as ideologias dominantes e as classes dominadas permite atestar a coexistência de assimilações, rejeições e/ou redefinições de conteúdos”(PARANHOS, 1999, p. 211).

Essa é uma daquelas situações, prezado acadêmico (a), que toda cautela é necessária. A filiação precipitada e dogmática a uma ou outra corrente pode trazer prejuízos a qualquer reflexão consequente.

As contribuições dos revisionistas são fundamentais. A partir dos instrumentais analíticos fornecidos por autores como Ginzburg, Chartier, Thompson e Foucault, as relações entre Estado e sociedade, cultura erudita e cultura popular, liderança e liderado, não podem ser compreendidas em termos unilaterais ou verticalizados. Por outro lado, a utilização destes instrumentais deve ser cuidadosa de forma a evitar a idealização. É possível que, nos estudos destas relações, o caminho apontado por Ângela Castro Gomes seja o mais adequado. Conforme as palavras da autora: “[...] entre seres humanos não há controles absolutos e ‘coisificação de pessoas e (...) nas relações de dominação, os dominantes não ‘anulam’ os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados (GOMES, 2005, p. 24).

Em outras palavras, o reconhecimento do caráter recíproco das relações não equivale à ignorância da distribuição desigual do poder. Se aceito esse princípio, os debates se concentrariam no peso que cada pesquisador atribui a um dos dados da relação: uns destacariam a desigualdade dos recursos de poder, outros enfatizariam o fato de que ele é distribuído.

## Referências

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: Cem anos de política econômica republicana – 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CORSI, Francisco Luiz. Política Econômica e Nacionalismo no Estado Novo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (org.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002, p. 3-16.

D’ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 213-239.

DE DECCA, Edgar. **1930**: o silêncio dos vencidos. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo - 1945/1964**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil, 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930: História e historiografia**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

FERREIRA, J. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular - 1930-1945**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. *In: O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-45.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora: UFJF, 1997, v. 13, n. 2, p. 63-85, p. 77-80.

GELNNER, Ernest. **Nacionalismo e Democracia**. Brasília: UNB, 1981.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005;

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. *In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (org.). Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (org.). História do Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241-285.

MARSHAL, T.H. **Cidadania e classe social**. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. *In: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.

REIS, José Carlos. Introdução: pode-se falar de uma identidade nacional brasileira? *In: Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vol.

VARGAS, Getúlio. Discurso de Getúlio Vargas nas comemorações do Dia do Trabalho em 1º de maio de 1940. *In*: [www.http://www.cgtb.org.br/Atualizacoes/Agosto\\_2007/Getulio/DiscursoGetulio1940.htm](http://www.cgtb.org.br/Atualizacoes/Agosto_2007/Getulio/DiscursoGetulio1940.htm). Acesso: 27 jan. 2009.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.